

# CULTURA ESCOLAR DOS PRIMEIROS GRUPOS ESCOLARES CATARINENSES SOB A REFORMA ORESTES GUIMARÃES (1911-1935)<sup>1</sup>

**Denise de Paulo Matias Prochnow**

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE / UDESC

E-mail: denisedepaulo@yahoo.com

## Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar a implantação e a cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses, os quais, sob a égide da Reforma Orestes Guimarães, deveriam constituir-se em modelo de modernidade pedagógica. A reforma escolar inaugurada em 1911, em Santa Catarina, prometia inovar no que se refere ao método de ensino, gestão, saberes e práticas escolares. Sob os pressupostos da pedagogia moderna pretendia-se instaurar um modelo de escola racionalizada e padronizada, de ensino simultâneo, gratuito e laico, capaz de contribuir para a formação do cidadão republicano. São privilegiadas, além das fontes documentais referentes aos grupos escolares catarinenses no período de 1911 a 1935, também leis, decretos, regulamentos, jornais, programas de ensino, cadernos escolares, manuais e materiais didáticos, etc., e depoimentos de ex-professores e ex-alunos. A Reforma Orestes Guimarães criou condições para a consolidação de um sistema de ensino e a construção de um sistema de pensamento identificado com determinados interesses da sociedade brasileira no período republicano.

**Palavras-Chave:** Cultura Escolar. Grupos Escolares. Primeira República.

## SCHOOL CULTURE OF THE FIRST SCHOOL GROUPS (HIGH SCHOOLS) IN SANTA CATARINA, UNDER THE AEGIS OF THE REFORM ORESTES GUIMARÃES (1911-1935)

## Abstract

This article aims to investigate the school culture and the deployment of the first school groups (high schools) in Santa Catarina, which, under the aegis of the Reform Orestes Guimarães, should constitute a model of pedagogical modernity. Introduced in 1911 in Santa Catarina, the reform promised to innovate with regard to the method of teaching, management, knowledge and school practices. Under the assumptions of modern pedagogy it intended to introduce a form of streamlined and standardized school, of simultaneous, free and secular teaching, able to contribute to the formation of the republican citizen. Emphasis is placed, in addition to documentary sources relating to school groups in Santa Catarina from 1911 to 1935, also on laws, decrees, regulations, newspapers, education programs, school notebooks, textbooks and teaching materials, etc., and testimony from former teachers and alumni. Reform Orestes Guimarães created conditions for the consolidation of an education system and the construction of a system of thought identified with certain interests of Brazilian society in the republican period.

**Keywords:** School Culture. High Schools. First Republic.

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto de minha participação como bolsista de iniciação científica na pesquisa “As lições dos grupos escolares; um estudo sobre a incorporação do método de ensino intuitivo na cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses (1911-1935)”, coordenada pela Professora Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive, da FAED/UDESC.

Ao final do século XIX, juntamente com a Proclamação da República, nascia um projeto de Reforma da Instrução Pública no Brasil que almejava a educação e civilização das camadas populares, bem como a nacionalização das massas de imigrantes que aqui se achavam. Pretendia-se, através das crianças, educar e instruir a família e assim, toda a sociedade, numa proposta nacionalista, científica, moral e higienizadora.

O Estado, sob o argumento da industrialização e do progresso da nação, passava a investir na formação de indivíduos que lhes fossem úteis e produtivos. Para tanto, edificações escolares são construídas, materiais didáticos são adquiridos, um novo método de ensino é instituído, professores e profissionais da educação são contratados pelo Estado. As diversas leis e decretos que eram instaurados visavam a estabelecer a obrigatoriedade do ensino e assegurar a gratuidade das matrículas nas novas escolas públicas, denominadas grupos escolares.

Com o advento dos primeiros grupos escolares, foi possível constituir um modelo de escola racionalizada e padronizada, com lugar fixo para o ensino, caracterizando um momento onde a educação adquiria prioridade e importância como tarefa do Estado nos primeiros tempos da República.

Com a implantação dos primeiros grupos escolares catarinenses<sup>2</sup>, uma nova concepção de educação prometia redefinir a cultura escolar. Este trabalho buscará fazer um apanhado da cultura escolar do período entre 1911 e 1935, tendo como parâmetro a perspectiva de Dominique Julia (2001), que considera cultura escolar como o conjunto de normas que indicam os conhecimentos a ensinar e as condutas a incorporar, bem como um conjunto de práticas que permitirão e viabilizarão a transmissão destes conhecimentos e a aquisição destes comportamentos.

### A Escola Catarinense antes da Reforma Orestes Guimarães

No início do século XX, quando se ansiava por uma reforma do ensino, era comum se ouvir entre governos e inspetores um discurso que criticava as condições precárias em que se achavam as escolas públicas. Nos relatórios se evidenciava o estado de decadência em que

---

<sup>2</sup> Os primeiros grupos escolares inaugurados em Santa Catarina foram: G. E. Lauro Muller (1912) e G. E. Silveira de Souza (1913) em Florianópolis; G. E. Conselheiro Mafra (1911), em Joinville; G. E. Luis Delfino (1913), em Blumenau; G. E. Victor Meirelles (1913), em Itajaí; G. E. Jerônimo Coelho (1912), em Laguna, e G. E. Vidal Ramos (1913) em Lages.

havia chegado o ensino. A falta de espaço adequado, as más condições de higiene e de material pedagógico são alguns dos muitos problemas apontados.

No relatório do governador Gustavo Richard, de 1908 (p.21), constava a seguinte declaração: “As escolas funcionam em sua totalidade em casas alugadas sem as condições pedagógicas e higiênicas indispensáveis a estabelecimentos de instrução”. Ademais, “enche-se, pois, a escola de uma multidão de alunos que mal têm espaço para brucejar”. A falta de limitação do número de matrículas ocasionava, muitas vezes, uma superlotação das salas de aula. Nesses espaços aglomeravam-se crianças dos mais variados níveis de aprendizagem e idade sob a regência de um único professor – o mestre-escola, que se desdobrava para atender individualmente a todos os alunos, pois quando muitos, havia um professor adjunto que o auxiliava nos trabalhos.

A superlotação das salas, a falta de higiene, de ventilação, a inexistência de mobílias e materiais pedagógicos adaptados ao ensino, denunciavam a precariedade geral das escolas catarinenses e exigiam especial atenção dos governos. O problema educacional, além das instalações prediais, passava pelas ultrapassadas e defasadas metodologias, bem como pela falta de pessoal habilitado para um ensino eficiente – motivos que levaram o Governador Vidal Ramos a declarar (na Mensagem ao Congresso Representativo do Estado, em 1911, p. 28) que “as causas primordiais do atraso do ensino primário entre nós são a falta de mestres idôneos e a adoção de processos arcaicos, considerados imprestáveis pela pedagogia moderna”.

A escola havia caído em descrédito, o que se refletia no reduzido número de matrículas nas escolas públicas, bem como na evasão escolar no decorrer do ano. Além disso, verificava-se certo descuido por parte da população: “Um dos principais obstáculos que temos a vencer para colocar o nosso ensino à altura que deve ocupar entre nós é a negligência com que os pais curam do futuro de seus filhos” (RICHARD, 1906, p. 14). Ao mesmo tempo em que culpava a família pelo desinteresse na educação dos filhos, o governo admitia que a escola também não estava cumprindo seus deveres para com a comunidade.

Se em nosso Estado o ensino for ministrado, como deve ser, de modo que os pais tenham a certeza de que os filhos vão à escola, não para sacrificarem a sua saúde, não para inibirem o desenvolvimento das suas faculdades, mas para adquirirem a coragem necessária aos embates da vida (RAMOS, 1912, p. 42).

Os discursos evidenciavam, assim, que a velha escola, resquício do Império, tornara-se inútil e sem influência benéfica na formação do caráter, necessitando, portanto, ser

substituída. A educação tradicional, que era baseada na transmissão de conhecimentos presos à memorização e na repetição do repertório de saberes acumulados no tempo, na interiorização de axiomas morais e na obediência incontestável à palavra do mestre, deveria ser atualizada e modificada. A educação doméstica, onde o professor era o centro de referência e a sua casa era transformada em espaço escolar, deveria deixar de existir para dar lugar aos grupos escolares, modelo de modernidade no campo da pedagogia.

### A Inauguração dos Primeiros Grupos Escolares

O projeto de Reforma da Instrução Pública, desenvolvido por Caetano de Campos em São Paulo, era sucesso em todo o país e por isso servia de referência para as reformas do ensino que estavam sendo empreendidas nos demais Estados brasileiros. Convencido de que residia na reforma educacional “o segredo do êxito futuro”, o governador de Santa Catarina Vidal Ramos (1911, p. 28) anunciava suas intenções de “fundar um novo tipo de escola, dar à mocidade um professorado cheio de emulação e estabelecer uma fiscalização técnica e administrativa real e constante”.

Divulgada a sua intenção, o referido governador viu a sua proposta ser viabilizada ao contratar os serviços do professor paulista Orestes Guimarães, em 1911, para realizar a reforma do ensino catarinense, tendo em vista sua bem-sucedida experiência anterior, quando, entre os anos de 1906 a 1909, realizou a reformulação do Colégio Municipal de Joinville, também em Santa Catarina.

As propagandas que eram veiculadas quanto às vantagens da implantação dos grupos escolares anunciavam que o Governo economizaria, com este novo sistema de ensino, a metade da quantia que gastaria para construir 6 ou 8 casas, e os alunos ganhariam em condições pedagógicas, de asseio e de higiene previstas aos novos edifícios escolares.

Um grupo escolar, definido pela reunião de várias escolas isoladas reunidas, conformava um único estabelecimento que abrigava, basicamente, quatro salas de aula pedagogicamente apropriadas ao ensino, com museu, biblioteca, pátios, sanitários e gabinete da direção, numa arquitetura simétrica que dividia uma ala exclusiva aos meninos e outra ala às meninas.

Segundo Orestes Guimarães, a promiscuidade dos sexos era um assunto que merecia cuidadosa atenção. Por isso, a ordem de construir muros no interior do prédio, dividindo os pátios, além de definir as seções para cada gênero, era um critério básico das plantas-tipo das

edificações escolares. Este fator, indicativo do cuidado que a escola demonstrava para com a moralidade, teria repercussão na confiança que a população depositava na escola, bem como no prestígio que esta ia adquirindo.

Os grupos escolares traziam importantes inovações ao ensino. Uma delas era a criação do cargo de diretor que se fazia necessário a partir do momento em que se percebeu que uma escola, reunindo várias outras, necessitava de um dirigente que organizasse a instituição, que fiscalizasse o ensino e que desse conta da ordem do estabelecimento, tarefas incompatíveis com o cargo de professor por exigir dedicação contínua do profissional.

Outra vantagem dos grupos escolares era a economia quanto às suas instalações. A aquisição de materiais pedagógicos e os diferentes ambientes para estudo – biblioteca, museu, pátios – poderiam ser utilizados em comum pelas quatro classes (1º ao 4º ano) que compunha o grupo.

Portanto, com a chegada dos primeiros grupos escolares, a escola pública primária catarinense, afastando-se do nomadismo determinado pelos alugueiros, passava a ocupar espaços fixos próprios. Uma mudança que se concretizava inicialmente nas maiores cidades e na capital catarinense, mas que paulatinamente foi tomando forma também nos vilarejos e lugares mais afastados dos centros, substituindo as escolas isoladas, mas não totalmente, visto que ainda encontramos esta forma escolar nos dias atuais.

### O Surgimento de uma Nova Cultura Escolar

As escolas, ocupando um lugar próprio, passariam a ter suas funções organizadas e facilitadas pelo desenho da sua arquitetura. Com uma excessiva preocupação em serem edifícios evidentes e centralizados na cidade, os grupos deveriam ser facilmente percebidos e identificados como espaço produto da ação governamental (WOLFF apud FARIA FILHO, 2000). Por isso eram bem localizados, no centro da capital, em terrenos elevados, onde pudessem dar mostras da sua importância à população (GONÇALVES, 1996):

Com relação aos prédios, é mister que se harmonize economia com arte. Sem luxo, devem ser elegantes, alegres e confortáveis. Os das pequenas localidades podem ser mais ligeiros, no estilo de “chalets”, ou de “cottages” ingleses, com varandas de madeira. Nas cidades maiores precisam ter um aspecto mais imponente, que não destoe da edificação das ruas. Em toda a parte, porém, não se dispensa que sejam um ornamento urbano, que os habitantes mostrem com apreço e orgulho, como um dos maiores bens coletivos (jornal A Época, 4 de dezembro de 1910).

Além de garantir uma maior economia, os edifícios escolares também precisavam obedecer a certas condições higiênicas e pedagógicas. Seguindo o moderno axioma médico-higienista, as salas deveriam ser grandes e retangulares, receber bastante luz solar e ter ventilação que garantisse ar puro e salubre aos alunos/as. Também deveriam ter um jardim à frente e arborização nos pátios. Em nome do bom gosto e da pureza das formas, as colunas e linhas curvas deveriam ser substituídas por formas retas. O funcionalismo unia-se à tese do rendimento máximo, da economia, acompanhado da racionalidade construtiva e dos preceitos médico-higienistas: boa ventilação, boa distribuição da luz, espaço bem aproveitado e sem desperdícios (GONÇALVES, op. cit.). Os traçados rígidos e ordenados geometricamente para a circulação dos/as alunos/as e professores/as viabilizam o controle, a fiscalização, além de moldar condutas pela incorporação de novas regras e das formas autorizadas de ocupação do espaço escolar. Era previsto, assim, um desenho arquitetônico de escola que voltava todas as salas para o pátio central, de onde pudesse o/a diretor/a circular e observar o movimento no interior de cada sala.

A criação do pátio escolar, um espaço de transição, inexistente nas escolas isoladas, contém em sua significação, segundo Faria Filho (2000), a “passagem” de uma ordem a outra. As crianças, vindas eufóricas da rua, passariam antes pelo pátio a fim de se reordenarem, em forma de filas, para chegar “adequadamente” à sala de aula. Recorda-se Dona Nair Manara (ex-aluna do G. E. Silveira de Souza): “Batia a sineta e a gente entrava formadinho, todo mundo em fileira, cada um ia para a sua carteira”.

As marchas, como exercícios disciplinares, eram exigidas e praticadas diariamente nas entradas e saídas da sala, com o devido alinhamento e silêncio. O “exercício da obediência” configurava a nova forma disciplinar, modelo transferido do sistema militar ao espaço educacional. Conforme aponta Foucault (op. cit.), na disciplina cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e isso se verificava nas salas dos grupos escolares: carteiras alinhadas, ordem ao entrar e sair, lugar fixo nas carteiras, disciplina, obediência e respeito – valores que se pretendia fortificar na nova sociedade republicana.

A aquisição de quadros-negros, segundo Orestes Guimarães<sup>3</sup>, consistia num dos melhoramentos introduzidos que em muito facilitavam o ensino de todas as matérias, principalmente as que dependessem do processo tabulário. O professor, fazendo uso da cátedra, ficava à vista de todos os/as alunos/as, evitando que houvesse dispersão ou o não acompanhamento dos que estivessem ao fundo da sala.

---

<sup>3</sup> Idem (p.15).

No quadro-negro eram passadas as lições e verificada a aprendizagem dos alunos. Ele era também utilizado como forma de punição ou estímulo moral (quadros de honra), assumindo as múltiplas funções de exercitar, corrigir, conferir, cobrar, mostrar, distinguir, punir. Segundo depoimento de Norma Machado Pereira, ex-aluna do grupo Silveira de Souza, “o professor cobra(va) tudo; eu ia pro quadro diariamente, e muitas vezes até... se a gente estava conversando, o professor chamava: fulana, vai no quadro”.

Da mesma forma, um ex-aluno do Grupo Lauro Muller, sr. Aldo Beck, referindo-se ao quadro-negro indicava seu uso para estímulo moral e disciplina da classe: “Era feito ali flores, que ali colocavam os alunos que fossem bem comportados; iam para o quadro de honra”.

O uso da lousa – definida por Norma M. P. (já citada) como um “um quadrinho, uma miniatura de quadro” – limitava-se apenas ao primeiro ano. A facilidade que a lousa trazia era a de apagar quando houvesse algum erro de escrita. Mas a falta do registro impedia a revisão em casa dos conteúdos pelos alunos, forçando-os a guardar na memória o que haviam aprendido na lição anterior.

Com a utilização do caderno a partir do segundo ano, novos desafios se apresentavam aos estudantes, como o de desenvolver a habilidade para lidar com a caneta de tinta. “Era uma canetinha bem fininha de madeira [...] e o tinteiro, a gente tinha que tomar muito cuidado. Ai daquele que derramava tinta na sala. Tinha que arranjar caquinho de vidro e raspar, bem raspadinho, para deixar limpinho o que derramava no chão” (Norma M. P., já citada). Cuidar para não sujar e para não errar era o maior desafio apresentado aos pequenos e inexperientes alunos dentro de uma sala que precisava ser impecável em termos de limpeza e disciplina.

Escolano (1998) nos chama a atenção para as exigências que a escola traz às crianças que, desde cedo, devem conter seus gestos, manter-se “bem-sentadas” e em silêncio, transformando-se no que ele define como “continente de poder”. Uma observação feita por uma ex-aluna do G. E. Silveira de Souza, Dona Nair, confirma esta questão:

Se a gente estava conversando, o professor chamava: fulana, vai no quadro! Ai meu Deus, como é que era estudar! A gente ficava às vezes ficava virada de frente, para trás conversando. (risos) Principalmente criança. Mas a gente virava a cabeça: Não, não faça isso! – gritava o professor. Era muito enérgico o professor naquele tempo.

A disciplina, a ordem e limpeza, a vigilância e o controle constantes sobre as ações de alunos e as práticas dos professores significavam uma nova forma de adaptação ao que se propagava como a mais atual no campo pedagógico, como desejável e ideal a qualquer cidadão republicano.

Para o/a professor/a estas mudanças acarretavam profundas transformações e adaptações. Se, antes, cada professor/a era diretor/a de si mesmo, numa época em que não eram cobrados programas oficiais e havia um alto grau de autonomia e até independência, agora este profissional deveria se submeter ao controle direto e imediato do diretor e ao controle indireto do inspetor.

As reuniões pedagógicas, agora instituídas, permitiam ao diretor controlar, fiscalizar e orientar os/as professores/as no que concerne ao método e aos planos de aula, conferindo coesão ao novo sistema educacional. A ele cabia, também, o último grau de disciplinamento das crianças. A ida ao gabinete do diretor é sempre lembrada com muito temor pelos ex-alunos. “[...] ia pro Gabinete quando era levado demais, mandava pro gabinete, aí a coisa. [...] Na época mesmo era assim, né. Era outra mentalidade, tinha que ser assim, né? Depois então foi melhorando, mas naquela época, não. Pra ir pro gabinete a pessoa – Nossa Senhora!”, recorda Seu Madeirinha (ex-aluno do G.E. Lauro Muller), acima citado. Tudo isso porque os castigos físicos haviam sido banidos pela pedagogia moderna, e no seu lugar somente sanções de cunho moral, por isso a função disciplinadora do diretor.

Ao aluno/a que era levado/a à direção também baixava-se um ponto na nota de comportamento. Nomes em listas e notas de comportamento por pontuação configuravam um mecanismo de controle e estímulo ao estudo e ao “bom comportamento” dos alunos. Os quadros de honra, sempre bem lembrados por ex-alunos, exerciam uma destas funções.

O uso da chamada permitia o controle de presença e da pontualidade de cada criança. A chamada, realizada duas vezes no dia, impedia eventuais fugas que porventura acontecessem, sem que fossem tomadas notas. O controle de saída e entrada da sala se dava pela autorização do/da professor/a em permitir ou não que a criança se retirasse ou entrasse, seja para ir ao banheiro ou para qualquer outra necessidade. Assim, tendo os/as alunos/as seus referidos lugares na sala de aula e o controle da presença pelo livro de chamada, a questão da limitação de matrícula e da frequência parecia solucionada.

O culto à bandeira e os símbolos da pátria, as marchas, as homenagens, as honras aos heróis do passado, conformavam um conjunto de rituais e mitos convertidos em lições cívicas que serviam diretamente aos propósitos republicanos de civilização, e consequentemente para o fortalecimento da nação. Vale lembrar que nesse período havia muito imigrantes europeus em Santa Catarina. Esta diversidade era considerada pelos republicanos uma ameaça à integridade da nação, pois eles mantinham tradições, língua e cultura próprias. Matricular os filhos de imigrantes em escolas nacionais era uma das metas republicanas de integração do país, para que “marchassem” todos num mesmo ideal de nacionalismo e civilidade.

A moral cívica nacionalista encontrava, ao lado da ciência, um lugar seguro no currículo escolar, substituindo muito bem a velha moral cristã. Era a escola a principal instituição encarregada de ensinar e inculcar nas crianças o sentimento nacionalista, o amor à pátria. Como exemplo, os feriados de 7 de setembro e 15 de novembro representavam o ápice da proposta nacionalista. Os desfiles, até hoje cultuados, datam desse período, quando as escolas se reuniam no Centro da cidade e, dividindo o espaço com os Batalhões militares, marchavam para a comunidade local.

O uniforme escolar, tal como o nome sugere, conferia uniformidade aos que pertenciam ao grupo escolar. Ao passarem pelas ruas, estas crianças podiam ser facilmente reconhecidas e identificadas como aluno ou aluna de um grupo escolar.

Também datam desse período as bancas examinadoras. Ao final do ano, os alunos eram submetidos a uma banca formada por professores, diretor e inspetor que avaliavam o desempenho do/a aluno/a em todas as disciplinas trabalhadas durante o ano, por meio de provas escritas e orais. Para conseguir a promoção, o/a aluno/a precisava alcançar a média geral, que equivalia a 3 – ‘aprovado simplesmente’. A nota 4 significava ‘aprovado plenamente’ e a nota máxima, 5, era ‘aprovado com distinção’. Era comum serem publicados em jornais locais os nomes dos/as alunos/as aprovados/as e respectivos conceitos e notas, para que a sociedade conhecesse aqueles que se dedicavam e tinham sucesso nos estudos.

Os grupos escolares, símbolo da escola renovada, conformavam e consolidavam, com seus métodos, práticas e materialidades, uma nova cultura escolar. O que verificamos é que esta cultura, impressa na conduta dos ex-alunos, conformava aquilo que se julgava culto na sociedade. A boa oralidade representava a boa escrita. O mundo letrado era sinônimo de civilidade. O ensino, deixando de lado o caráter religioso, comum nas antigas escolas, assumia um caráter mais científico, enciclopédico, moralizante e higienista, traduzindo aquilo que a sociedade esperava para o futuro cidadão trabalhador. E o método intuitivo ou “lições de coisas” era o carro-chefe do novo modelo escolar.

### O Método Intuitivo

O método intuitivo, surgido na Alemanha no final do século XVIII por iniciativa de Basedow, Campe e sobretudo Pestalozzi, consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento. Ou seja, a prática da observação e dos sentidos para a aquisição do conhecimento das coisas. O novo método, também conhecido como “lições de

coisas", "pedagogia dos sentidos" ou "pedagogia do olhar", contrapunha-se às práticas mnemônicas e às constantes repetições comuns do método tradicional. Numa abordagem dedutiva do saber, o ensino deveria partir do simples para o complexo, do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, e do concreto para o abstrato (Teive, 2008). Sob a égide do método intuitivo mudava-se, essencialmente, a concepção da criança e suas relações na escola, como afirmava Orestes Guimarães (1909): "O aluno é o aluno, é a criança doce e inocente, em cuja alma indelevelmente se cravam as primeiras impressões, para todo o sempre, e, é só como criança que ele deve ser tratado, na escola primária".

A memória, considerada uma capacidade intelectual inferior, deveria ser suplantada pelas lições de coisas, onde o concreto, o racional e o ativo tomariam forma em primeiro lugar na aprendizagem infantil. A escola deveria estar munida de materiais concretos e instrumentos pedagógicos, como apêndices, cartazes ilustrativos, que auxiliassem e permitissem o ensino intuitivo. Os objetos deveriam ser apresentados às crianças antes de iniciarem as lições do livro. Primeiro ver, tocar, experimentar, depois ir às lições e exercícios escritos.

A introdução dos materiais pedagógicos tornaria as aulas mais animadas pela riqueza do material ilustrativo, onde cada noção a ser transmitida estaria apoiada na viva impressão sensorial. Daí os quadros murais de Geografia, História, mapas, objetos e figuras de toda ordem a fim de objetivar o ensino (REIS FILHO, 1995).

### Considerações Finais

Longe de ser um "contenedor" ou um "cenário", o espaço escolar é mais uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores. "É, em suma, como a cultura escolar, da qual forma parte, 'uma forma silenciosa de ensino'. Qualquer mudança em sua disposição, como lugar ou território, modifica sua natureza cultural e educativa" (FARIA FILHO, op. cit., p. 63). Viñao Frago (1998, 2005) entende que o espaço escolar havia sido pensado para ser laboratorial, disciplinador e difusor de práticas higiênicas e moralizantes. Além de buscar aperfeiçoar o espírito, conformava o corpo, fazia ver como indispensável à presença de novos saberes a compor o universo escolar.

Toda a simbologia presente no espaço escolar, tais como as cadeiras duplas enfileiradas, o quadro negro, as imagens de pessoas ilustres fixadas nas paredes, o relógio, a bandeira nacional, a cátedra, entre outros, conformavam um conjunto de elementos físicos, simbólicos e educativos, formadores e modeladores da personalidade do sujeito. Além do

mais, com a nova metodologia adotada – o ensino intuitivo –, a escola revelava aquilo que entendia ser a criança e o que desejava que ela se tornasse. Este conjunto de elementos conformadores da nova cultura escolar do início do século XX foi incorporado pela escola de tal forma que ainda hoje o vemos na organização das salas de aula, nas metodologias utilizadas, no currículo, nas formas de avaliação. Alguns aspectos sofreram alterações, outros foram deixados de lado, e outros ainda, continuam sendo reinventados.

## Referências

ESCOLANO, Augustín. (1998) Arquitetura como programa, espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade – a arquitetura como programa**. 1. ed. Rio de Janeiro, DP&A. p. 9-57. (Tradução: Alfredo Veiga-Neto).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (2000) **Dos pardieiros aos palácios - cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira república**. Passo fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo.

FOUCAULT, Michel. (1999) **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis, Vozes. (Tradução: Raquel Ramallete).

GONÇALVES, Rita de Cássia Pacheco. (1996) **Arquitetura escolar: a essência aparece – fábrica e escola confundem-se no desenho da Polivalente**. Dissertação (Mestrado em Educação) UFSC, Florianópolis.

GUIMARÃES, Orestes. (1909) **Relatório do Colégio Municipal de Joinville, 1907-1909**.

JULIA, Dominique. (2001) **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação - SBHE. Campinas/SP: Autores Associados. (Tradução: Gisele de Souza).

RAMOS, Vidal José de Oliveira. (1911) **Mensagem ao Congresso Representativo do Estado**, Florianópolis, Santa Catarina: Gab. Typ. D'O Dia.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Representativo do Estado**. Florianópolis, Santa Catarina: Gab. Typ. D'O Dia, 1912.

REIS FILHO, Casemiro dos. (1995) **A educação e a ilusão liberal – as origens da escola pública paulista**. Campinas /SP: Autores Associados. Coleção Memória da Educação.

RICHARD, Coronel Gustavo. (1906) **Mensagem ao Congresso Representativo do Estado**, Florianópolis, Santa Catarina: Gab. Typ. D'O Dia.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Representativo do Estado**, Florianópolis, Santa Catarina: Gab. Typ. D'O Dia, 1908.

TEIVE, Gladys Mary (2008). **“Uma vez normalista, sempre normalista”**. **Cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense: 1911-1935)**. Florianópolis: Insular.

VIÑAO FRAGO, Antonio. (2005) Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (org). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. 1. ed. São Paulo: Cortez. p.15-47.

VIÑAO FRAGO, Antonio. (1998) Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade – a arquitetura como programa**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A. p.59-139. (Tradução: Alfredo Veiga-Neto).

### Entrevistas

Nair Manara – ex-aluna e ex-professora do grupo Silveira de Souza –1934 a 1937/ Museu da Escola Catarinense.

Aldo Beck – ex-aluno do grupo Lauro Muller (1926) / Museu da Escola Catarinense.

Norma Machado Pereira – ex-aluna do grupo Silveira de Souza – 1927 a 1930 / Museu da Escola Catarinense.

Ademar Américo Madeira (Seu Madeirinha) – ex-aluno do grupo Lauro Muller – 1931 a 1934 / Museu da Escola Catarinense.

Recebido: Dezembro/2008  
Aprovado: Novembro/2009